

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 142

**TRABALHO E TROCA: ADAM SMITH E O SURGIMENTO DO
DISCURSO ECONÔMICO**

Hugo E. A. da Gama Cerqueira

Agosto de 2000

Ficha catalográfica

330.8	Cerqueira, Hugo Eduardo Araújo da Gama.
C416t	Trabalho e troca : Adam Smith e o surgimento do
2000	discurso econômico / por Hugo Eduardo Araújo da Gama
	Cerqueira. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2000.
	25p. (Texto para discussão ; 142)
	 1. Smith, Adam, 1723-1790. 2.Economia - História. 3.
	Economia - Metodologia. I. Universidade Federal de
	Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento
	Regional. II. Título. III. Série.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

TRABALHO E TROCA:
ADAM SMITH E O SURGIMENTO DO DISCURSO ECONÔMICO*

Hugo E. A. da Gama Cerqueira

CEDEPLAR/UFMG e da FAFICH/UFMG (E-mail: hugo@cedeplar.ufmg.br)

* Agradeço a Theresa Calvet de Magalhães (Fafich-UFMG), João Antônio de Paula (Cedeplar-UFMG) e Mauricio Coutinho (IE-Unicamp), pelos comentários feitos a uma versão anterior. Os equívocos que restarem são, naturalmente, de minha responsabilidade. As referências aos textos de Smith seguem o sistema de citações adotado na *Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith*. Exceto quando ressalvado, as citações da *Riqueza das nações* foram tomadas da tradução de Luiz João Baraúna (“Os Economistas”, da Editora Abril).

SUMÁRIO

O PLANO DIVINO E A FILOSOFIA MORAL DE SMITH	8
O TRABALHO E AS TROCAS	13
O PARADOXO DA RIQUEZA E A DIVISÃO DO TRABALHO	15
ÉTICA E ECONOMIA	20
NOTAS CONCLUSIVAS	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	23

Palavras-chave: ética e economia; história do pensamento econômico; Adam Smith.

JEL codes / Códigos JEL: B12; B30; B40

Resumo: Este artigo discute as razões que tornaram a obra de Smith um ponto de inflexão na história do pensamento econômico. A constituição de um discurso econômico e a delimitação de um domínio da economia são atribuídos: *i*) à natureza específica da filosofia moral de Smith; *ii*) à sua maneira de conceber as ações econômicas compondo um domínio ontológico articulado em torno de dois pólos: o do trabalho e o das trocas. O texto discute ainda os nexos entre a filosofia moral e as concepções econômicas de Smith, e sugere que as leituras convencionais subestimam sua variedade e complexidade.

Abstract: This article explores why Smith's work is a turning point in the history of economic thought. The constitution of an economic discourse and the delimitation of the economy sphere are attributed to: *i*) the specific nature of Smith's moral philosophy; *ii*) his way of conceiving economic action as composing an ontological domain structured upon two axis: labor and exchange. The text indicates the connections between Smith's moral philosophy and his economic thought, suggesting that the conventional interpretations underestimate their variety and complexity.

Há, hoje em dia, uma longa e bastante imponente linhagem de economistas, de Adam Smith até o presente, que têm procurado mostrar que uma economia descentralizada e motivada pelo auto-interesse (...) seria compatível com uma disposição coerente dos recursos econômicos que pode ser considerada, num sentido bem definido, como superior a uma grande conjunto de disposições alternativas possíveis.(...) É importante compreender quão surpreendente essa asserção deve ser para alguém não exposto a esta tradição. A resposta imediata do ‘senso comum’ à questão ‘Como será uma economia impelida pela ambição individual e controlada por um grande número de diferentes agentes?’ é, provavelmente: Haverá o caos. (Arrow e Hahn, citados por Evensky, 1993: 203)

Se a paternidade da economia ainda é objeto de disputa entre os historiadores do pensamento econômico,¹ poucos deixariam de reconhecer na obra de Adam Smith um momento de inflexão no curso do pensamento econômico. Nela, a economia política adquire as feições de uma ciência autônoma - *ciência*, em oposição ao caráter eminentemente prático e prescritivo dos escritos mercantilistas, *autônoma*, pois não mais subordinada à esfera da reflexão política e moral como ainda permanecia no pensamento fisiocrático (Dumont, 1977; Rubin, 1979: 167-176).

Dito de outra maneira, Smith procura fornecer uma descrição do estatuto ontológico da esfera econômica, apresentando-a como um *sistema de liberdade natural*. Eliminadas as restrições ao comércio impostas pelos mercantilistas ou a preferência dada à agricultura pelos fisiocratas, o funcionamento desimpedido da economia ocorreria, segundo Smith, de modo ordenado e capaz de proporcionar o máximo bem-estar possível para a sociedade. Neste sentido, o estudo da economia poderia prescindir de uma referência direta à moral: “Tal visão ontológica do sistema de livre mercado permite ao economista estudar as leis deste sistema natural da mesma maneira que Newton estudou a natureza.” (Ver Eecke, 1998: 330).

Essa concepção da economia ganhou uma expressão clássica na metáfora da “mão invisível”. Não deixa de ser sugestivo que a única vez em que o conceito aparece na *Riqueza das nações* seja no contexto de uma crítica às restrições mercantilistas ao comércio.² Do ponto de vista econômico, esta metáfora é a expressão da admiração de Smith pelo funcionamento eficiente e elegante do mercado como mecanismo de coordenação das decisões individuais dos produtores e consumidores, que impede que uma economia descentralizada e guiada apenas pelas motivações individuais de inúmeros agentes degenerem no caos. Mas, do ponto de vista da filosofia moral de Smith, a “mão invisível”, além de

¹ Em mais de uma ocasião, Marx referiu-se a Petty como o fundador da disciplina. Jevons, por sua vez, preferiu atribuir as honras a Cantillon, opinião que lhe renderia uma enérgica repreensão de Schumpeter.

² Vale a pena citar todo o trecho: “Ora, a renda anual de cada sociedade é sempre exatamente igual ao valor de troca da produção total anual de sua atividade, ou, mais precisamente, equivale ao citado valor de troca. Portanto, já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, *ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo*. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma *mão invisível* a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. *Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.*” (WN IV.ii.9; grifos nossos)

coordenar as escolhas individuais, “deve moldar os indivíduos em seres sociais construtivos – seres éticos” (Evensky, 1993: 197).

Explicitar o *duplo sentido desta metáfora* que permite constituir a economia numa disciplina autônoma constitui o objetivo deste ensaio. A próxima seção discute alguns conceitos básicos da filosofia moral de Smith que permitirão mostrar como até mesmo aquelas ações motivadas apenas por interesses pessoais podem ser virtuosas. A seção seguinte expõe a maneira como Smith concebe as ações econômicas compondo um domínio ontológico articulado em torno de dois pólos: o do trabalho e o das trocas. Finalmente, a terceira seção procura explicitar os nexos entre a filosofia moral de Smith e sua concepção da sociabilidade mercantil para estabelecer o discurso econômico como um domínio autônomo do saber.

O PLANO DIVINO E A FILOSOFIA MORAL DE SMITH

O projeto de Adam Smith era realizar para a filosofia moral e para os fenômenos sociais aquilo que Isaac Newton fizera no domínio da filosofia da natureza. Se o último desvelara as conexões ocultas que unem os vários fenômenos naturais, Smith pretendeu revelar os princípios que conectam e ordenam a vida em sociedade. Sua admiração pela obra de Newton não é velada e se expressa em diferentes contextos. Ao discutir em suas lições sobre retórica a função de uma espécie particular de escrita que ele denomina Didática (*Didactick*) e que consiste na exposição de um sistema de qualquer ciência, Smith compara o método aristotélico com a maneira adotada por Newton, segundo a qual:

“podemos estabelecer no início certos princípios conhecidos ou provados a partir dos quais explicamos os vários fenômenos, conectando-os todos juntos pela mesma cadeia. Esse último [método], que podemos chamar de método newtoniano, é sem dúvida o mais filosófico e em cada ciência, quer se trate da moral ou da filosofia natural etc., é imensamente mais engenhoso e, por esse motivo, mais atraente que o outro. Nos dá prazer ver os fenômenos que considerávamos os mais inexplicáveis todos deduzidos de algum princípio (normalmente um princípio bem conhecido) e todos unidos em uma cadeia ...” (*LRBL* II.133-4)

Para Newton e Smith, tais princípios refletiriam o plano (*design*) de um grande artífice, aquele que planejou e executou essa obra (*handiwork*), um ser divino. Seguindo uma analogia freqüente entre os autores da Modernidade, Deus estaria para o universo assim como o relojoeiro está para o relógio. A mão divina arranjaria e poria em movimento as peças que compõem a natureza. Para nós, os espectadores de sua obra, essa mão é invisível e apenas podemos acompanhar o resultado de seu trabalho, assim como só podemos observar o movimento dos ponteiros do relógio, mas não podemos distinguir as mãos daquele que reuniu suas peças (Evensky, 1993: 199).

Este tipo de concepção, ligada a um argumento teleológico sobre a existência de Deus, foi aplicada à filosofia moral pelos discípulos de Newton, entre os quais Lord Shaftesbury (1671-1713), Joseph Butler, Lord Kames (1696-1782) e Francis Hutcheson (1694-1746). É através de suas obras -

mas também por influência do jusnaturalismo e da filosofia estoica, com suas idéias sobre uma harmonia universal -,³ que Smith formula o projeto de expor a cadeia invisível que liga as ações humanas e conduz a sociedade ao melhor dos mundos. Neste sentido, o plano divino é não apenas uma norma ética para a qual tendem as sociedades, mas também um padrão analítico em relação ao qual o estágio evolutivo de cada sociedade pode ser avaliado (Evensky, 1989: 243-5).

Em sua *Teoria dos sentimentos morais*,⁴ Smith parte do princípio de que os homens estão dotados de um conjunto variado de sentimentos. Nossas experiências sensíveis atuam sobre eles, que, por sua vez, determinam nossas reações e comportamentos. O que importa frisar é que, para Smith, os diferentes sentimentos não são em si mesmos bons ou maus. A moralidade de uma ação é ditada apenas pela sua harmonia com o plano divino, ou seja, pelo fato de estar de acordo com as intenções da divindade. Um homem é virtuoso, na medida em que combina e contrabalança seus sentimentos de modo a ser capaz de agir em conformidade com o plano divino, ou seja, agir de modo *justo, prudente e benevolente*:

“Portanto, o amor-próprio não é necessariamente mau. Ele é um sentimento válido e útil. Apenas quando permitimos que atue com paixão desenfreada é que estamos agindo de uma maneira imprópria para a realização do plano da Providência. A benevolência, como prova do que foi dito, não é a rainha dos sentimentos. Ela é muito frágil, segundo Smith, para cumprir aquele papel e não proporciona o estímulo necessário para instigar o ardor produtivo” (Evensky, 1987: 452-3).

Com efeito, Smith reconhece que o amor-próprio (*self-love*) ou a busca do interesse pessoal (*self-concern*) são sentimentos naturais nos homens: “Sem dúvida, todo homem é por natureza recomendado, primeira e principalmente, ao cuidado de si mesmo; e como ele é mais apto ao cuidado de si mesmo que ao de alguma outra pessoa, é apropriado e correto que seja assim.” (*TMS* II.ii.2.1). Esse “egoísmo” deve, no entanto, ser controlado, pois de outro modo ele poderia nos levar a violar os direitos dos outros homens e, conseqüentemente, a inviabilizar a convivência em sociedade.

De onde decorre essa capacidade de autodomínio? Para Smith, ao mesmo tempo que os homens são inclinados ao interesse próprio, eles também se preocupam com os outros homens, com sua felicidade ou seu sofrimento: “Por mais egoísta que se possa admitir que o homem seja, existem evidentemente alguns princípios em sua natureza que o levam a se interessar pela sorte de outros e tornam a felicidade destes necessária para ele, apesar de não obter nada disso, a não ser o prazer de vê-la” (*TMS* I.i.1.1). Como não temos acesso direto aos sentimentos dos outros homens, só podemos formar uma idéia da maneira como eles se sentem imaginando como é que nos sentiríamos se estivéssemos em sua posição. Este sentimento de solidariedade (*fellow-feeling*), quer pela dor, quer pela alegria dos

³ “A filosofia estoica é a influência fundamental sobre o pensamento ético de Smith” (Raphael e Macfie, 1982: 5).

⁴ Publicado em 1759, foi o primeiro livro de Smith. Refletia, em boa medida, o conteúdo da segunda parte de suas lições sobre filosofia moral, ministradas na Universidade de Glasgow, a partir de 1752. O livro, que valeu a Smith uma fama considerável na Inglaterra e no continente, conheceu seis edições ao longo de sua vida, sendo que a última delas, contendo “adições e correções consideráveis”, apareceu poucas semanas antes de sua morte (Raphael e Macfie, 1982).

outros homens é o que Smith denomina de *simpatia*.⁵ Um sentimento como este é possível de ser concebido até mesmo por quem julga os homens movidos apenas pelo egoísmo, pois todo homem sente um prazer genuíno de perceber nas pessoas que o rodeiam aquele sentimento de solidariedade para consigo, da mesma maneira que se atormenta quando isso não ocorre (*TMS* I.i.2.1).

Porém, como sabemos que os outros homens não são capazes de sentir nossas emoções com a mesma intensidade que nós, somos levados a moderar nossos sentimentos para que os demais possam compartilhar deles e exibir sua simpatia para conosco. Ou seja, somos levados a conhecer e moderar nossos sentimentos, projetando-nos no lugar dos outros para procurar compreender como eles nos percebem, de modo a tornar nossos sentimentos mais próximos dos deles: “Para Smith, a origem de nossa habilidade para controlar nossas paixões repousa nessa capacidade auto-reflexiva de enxergar nossa situação através dos olhos dos outros que estão intrinsecamente menos interessados nela.” (Muller, 1995: 102).

Somos levados em nossa busca pela simpatia dos demais a moderar nossos sentimentos, inclusive o nosso egoísmo ou amor próprio, pois aprendemos a julgar nossas ações tal como elas devem parecer aos outros, ou ainda, tal como elas pareceriam a um “espectador imparcial” (*impartial spectator*). É através deste padrão ideal, ou ainda, do balanço entre o nosso egoísmo e o nosso desejo de que os outros simpatizem conosco, que Smith é capaz de derivar aquela virtude - herdada dos estóicos - que ocupa um lugar destacado em sua filosofia moral: o autodomínio (*self command*), ou seja, “aquele domínio das paixões que submete todos os movimentos da nossa natureza ao que a nossa própria dignidade e honra, e a correção de nossa própria conduta requerem...” (*TMS* I.i.5.1).

É este mesmo autodomínio que está na base da possibilidade de manter a ordem social, prescindindo em larga medida de um controle direto do Estado, pois cada indivíduo tem em si um motivo para observar as normas de comportamento adequadas. Cada homem deriva de sua relação com o espectador imparcial aquela virtude mínima a partir da qual a vida em sociedade se torna possível, o sentido de *justiça*:

“Todos os membros de uma sociedade humana precisam cada um do auxílio dos outros e estão, da mesma maneira, expostos a danos mútuos. A sociedade floresce e é feliz onde o auxílio necessário é fornecido reciprocamente pelo amor, gratidão, amizade e estima. (...) [Por outro lado] a sociedade pode subsistir entre homens diferentes, assim como entre diferentes comerciantes, por uma compreensão de sua utilidade, sem qualquer amor ou afeição mútuos. (...) A sociedade, entretanto, não pode subsistir entre aqueles que estão sempre prontos para prejudicar e lesar uns aos outros.” (*TMS* II.ii.3.1-3).

Desse modo, a caridade (*beneficence*) é uma virtude superior, que consiste em promover a felicidade dos outros e que permite à sociedade florescer e ser feliz. Não se deve, no entanto, esperar que

⁵ O conceito de *simpatia* é, assim, mais amplo que - e não se confunde com - o de *benevolência*. A confusão entre estes dois conceitos deu origem, entre autores alemães do século XIX, a uma longa controvérsia sobre a suposta contradição entre as opiniões de Smith na *Teoria dos sentimentos morais* e na *Riqueza das nações*. Sobre este debate, que ficou conhecido como o “*Adam Smith problem*”, ver Raphael e Macfie (1982: 20-5).

todos os homens ajam em relação aos demais com essa motivação desinteressada e nem isso é condição para que a sociedade exista. O requisito para a existência da sociedade consiste apenas na virtude da justiça: “A caridade, portanto, é menos essencial para a existência da sociedade que a justiça. A sociedade pode subsistir sem a caridade, ainda que não no estado mais satisfatório; mas o predomínio da injustiça deve destruí-la inteiramente.” (*TMS* II.ii.3.3).

A virtude da justiça consiste naquele sentido de imparcialidade que emerge de nosso diálogo com o espectador imparcial. Ela depende, portanto, da nossa capacidade de avaliar os efeitos de nossas ações colocando-nos no lugar daqueles a quem podemos ofender:

“Perturbar a felicidade dele [a de um outro homem] apenas porque ela encontra-se no caminho da nossa, tirar dele aquilo que lhe é realmente útil apenas porque pode ser tão ou mais útil para nós, ou favorecer, dessa maneira, às custas de outras pessoas, a preferência natural que cada homem tem por sua própria felicidade acima daquela de outras pessoas é aquilo com que nenhum espectador imparcial pode concordar.” (*TMS* II.ii.2.1).

Sem a justiça – aqui concebida de modo semelhante à tradição do direito natural, como o direito de cada um ao que é seu - a sociedade não pode existir. É com base nisso que o Estado deve fazer cumprir o direito de cada indivíduo a sua vida e propriedade, punindo aqueles que violam esta regra (*TMS* II.ii.3.6):

“Na corrida por riqueza, fama e honrarias, ele [o indivíduo] pode correr tão esforçadamente quanto for capaz, e empregar ao máximo cada nervo e músculo para ultrapassar todos os seus competidores. Mas se ele porventura atropela ou derruba qualquer um deles, a complacência dos espectadores termina por completo. Trata-se de uma violação do jogo limpo que eles não podem admitir. (...) Portanto, eles logo simpatizam com o ressentimento natural do prejudicado e o infrator torna-se o objeto de seu ódio e indignação.” (*TMS* II.ii.2.1; cf. Muller, 1995: 111).

Esta breve apresentação do argumento moral de Smith deve ser suficiente para nos assegurar uma compreensão correta da maneira como ele foi capaz de fundar a reflexão econômica como uma disciplina separada da filosofia moral. Durante um longo período, prevaleceu uma interpretação de sua obra que estabeleceu um dualismo e, no limite, uma contradição entre os princípios expostos na *Teoria dos sentimentos morais* e aqueles apresentados na *Riqueza das nações*. Esta leitura consistia em afirmar que o primeiro livro tratava das ações humanas motivadas pela *simpatia*, enquanto o segundo se referia às ações baseadas no *egoísmo*. Em algumas dessas interpretações, os princípios eram tomados como características complementares. Em outras, foram entendidos como sinais de uma transição na obra de Smith, que – depois de travar contato com os filósofos franceses nos anos sessenta - teria abandonado uma teoria “altruísta” por uma concepção “egoísta” (ou “materialista”).

O equívoco básico destas leituras consiste em contrapor *simpatia* e *egoísmo* como motivações das ações humanas. Ora, para Smith a *simpatia* não é uma motivação, mas a operação por meio da qual

é possível explicar nossos juízos morais.⁶ De outro lado, na *Teoria dos sentimentos morais*, Smith afirma sem hesitar que a busca do interesse pessoal é uma das motivações de nossas ações, inclusive das ações virtuosas, o que evidencia que não há qualquer contradição entre sua filosofia moral e sua teoria econômica (Raphael e Macfie, 1982: 20-25).

Isso nos deixa diante da seguinte questão: qual a relação entre a *Teoria dos sentimentos morais* e a *Riqueza das nações*? Desde logo, é preciso afirmar que o segundo livro não é contraditório com as teses do primeiro, mas representa sua continuação.⁷ Por outro lado, o seu escopo é menos abrangente, já que se refere essencialmente às ações econômicas, cuja motivação consiste no interesse pessoal. É exatamente isso que permite a Smith tratar dos fenômenos econômicos a partir de um ponto de vista próprio ou específico, pois além de poderem ser descritos de maneira sistemática, eles têm uma natureza peculiar. Essa natureza consiste no fato de que as ações econômicas permitem alcançar o máximo bem-estar para a humanidade sem qualquer recurso à *benevolência* ou à *caridade*, mas deixando-se motivar apenas pelo *amor-próprio* (*self-love*) com que a Divindade dotou todos os homens: “Não é por conta da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter nosso jantar, mas sim da atenção que eles dedicam ao seu próprio interesse.” (*WN* I.ii.2; trad. modificada). Vale dizer, Smith lida na *Riqueza das nações* com situações em que o único requisito moral consiste na virtude da *justiça*, situações em que o vínculo social se apoia apenas na “troca mercenária de bons serviços conforme uma avaliação acordada.” (*TMS* II.ii.3.2; cf. Campbell e Skinner, 1981: 19).

O que é decisivo é que, perseguindo apenas seus interesses próprios e tendo assegurada uma condição mínima de justiça, as ações econômicas terminam proporcionando o bem-estar para a nação, sem que o Estado tenha que intervir diretamente sobre elas ou direcioná-las e sem que os homens tenham que contar com a generosidade e benevolência de seus semelhantes:

“Na esfera da moralidade, o sujeito é convertido num ser social através da ação da simpatia. (...) Na esfera da economia, ao contrário, o que chamaríamos em nosso jargão de ‘socialização’ dos atos humanos é executada por um mecanismo automático, uma propriedade não consciente que é equiparada à operação da Mão Invisível. A esfera econômica é o domínio particular onde a paixão predominante, o egoísmo, pode com boa justificativa ser deixada livre sob a forma do interesse pessoal. Globalmente, Adam Smith distinguiu a ação econômica no interior das ações humanas em geral como sendo o tipo particular de ação que escapa à moralidade sem ser contrária à moral em sentido amplo.” (Dumont, 1977: 70).

⁶ O conceito de simpatia remonta à antiguidade. Dos estóicos até o Renascimento, foi empregado sobretudo para se referir a uma conexão orgânica entre objetos do mundo físico, que se constituiria no fundamento da magia (Abbagnano, 1998: 901). Esse não é o sentido do conceito na filosofia moral de Smith, ainda que para ele mesmo essa idéia estivesse relacionada ao ponto de vista dos estóicos. A rigor, Smith reelabora o conceito de Hume, que definira a simpatia como o ato de compartilhar da dor ou prazer produzidos por alguma ação em uma outra pessoa. Para Smith, a simpatia refere-se ao compartilhar de *qualquer* sentimento. Além disso, do ponto de vista do julgamento moral, a aprovação de uma ação depende da simpatia que se estabelece com as motivações do agente, e não da simpatia pelos sentimentos da pessoa que sofre a ação (Cf. Raphael e Macfie, 1982: 7; 13).

⁷ Ver o *Advertisement* à sexta edição da *Teoria dos sentimentos morais*.

Analisar de que modo ações guiadas exclusivamente pelo *amor próprio*, seguindo o curso natural consistente com os princípios do plano divino, geram consequências involuntárias que produzem o bem comum é a tarefa da *Riqueza das nações*. É neste momento, na descrição do *mecanismo econômico*, na análise da interdependência dos fenômenos econômicos, que o conceito de *trabalho* ganha um papel decisivo.

O TRABALHO E AS TROCAS

As páginas iniciais da *Riqueza das nações* são eloquentes sobre o novo papel assumido por este conceito: é o trabalho, trabalho em geral, a única fonte da riqueza de uma sociedade. De um lado, Smith se distancia das convicções mercantilistas, que supunham que a riqueza de uma nação só poderia provir de seu comércio externo (vale dizer, que a vantagem de uma nação só poderia advir da desvantagem das demais), mas também supera a visão unilateral da fisiocracia, que atribuía ao trabalho do agricultor - e só a ele - a capacidade de produzir riquezas.⁸

Essa inflexão já se apresenta nas primeiras linhas: “O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente.” (*WN* I.1). Seguindo uma sugestão de Rubin (1979: 177), basta comparar o trecho acima com o início do *Tesouro da Inglaterra* [*England's Treasure by Foreign Trade*]⁹ para percebermos que estamos diante de uma nova maneira de abordar os fenômenos econômicos. Se para Thomas Mun “os meios ordinários para aumentar nossa riqueza e tesouro são pelo *comércio exterior*...” (Mun, 1954: 58), Smith, por sua vez, não busca mais a origem da *riqueza* no comércio, e nem cogita confundi-la com o tesouro, pois já a entende como o conjunto dos bens materiais disponíveis para o consumo. Para ele, a fonte da riqueza é o *trabalho* de uma nação, dividido entre os indivíduos que a compõem e que se distribuem pelos diferentes ramos de produção: trabalho em geral, *sans phrase* (sem rodeios), e não apenas o trabalho aplicado na agricultura. E é sobre este par de conceitos, riqueza e trabalho, que Smith apoiará sua reflexão: o desejável crescimento da riqueza é, antes de tudo, o resultado da divisão do trabalho.

Alguém poderia objetar que isso não basta para estabelecer a originalidade da abordagem de Smith. De um lado, o abandono de uma perspectiva estritamente monetária sobre a riqueza (tesouro), que é característica do mercantilismo, e sua identificação com as mercadorias produzidas pelo trabalho humano já poderia ser observada em trabalhos anteriores, como os de Petty¹⁰, Cantillon¹¹ e Hume¹².

⁸ Nesta seção, retomamos alguns aspectos que já abordamos em Paula *et alli* (1999).

⁹ Escrito por Thomas Mun em torno de 1630, mas publicado apenas em 1664, trata-se do manifesto mais representativo do mercantilismo.

¹⁰ “Cumpre aqui lembrar que, em virtude de nossa opinião de que o trabalho é o pai e o princípio ativo da riqueza, como a terra é a mãe, ...” (Petty, 1983a: 54). “Parece razoável que aquilo que chamamos riqueza, capital ou cabedal da nação, sendo o efeito do trabalho realizado no passado...” (Petty, 1983c: 86).

¹¹ “A terra é a fonte ou a matéria de onde se extrai a riqueza e o trabalho do homem é a forma de produzi-la. Em si mesma, a riqueza não é outra coisa que os alimentos, as comodidades e as coisas supérfluas que fazem a vida agradável.” (Cantillon, 1952: 1).

¹² “Tudo no mundo é adquirido pelo trabalho e nossas paixões são as únicas causas do trabalho.” (Hume 1994: 99). “O dinheiro não é, propriamente falando, um dos objetos do comércio (...). Não é uma das rodas do comércio: é o óleo que torna o movimento das rodas mais suave e fácil.” (Hume, 1994: 115).

No mesmo sentido, há um relativo consenso na literatura de que as proposições de Smith sobre a divisão do trabalho não contêm qualquer novidade em relação ao tratamento que seus antecessores deram ao tema.¹³ Petty (1683), por exemplo, já havia se referido ao fato de que a reunião de manufaturas numa grande cidade dá origem ao surgimento de novos ramos de manufaturas, cada qual dividido em tantas partes quanto possível, de modo a tornar o trabalho de cada artesão mais simples e fácil e o resultado de sua produção melhor e mais barato do que se fosse feito por um único homem. Na *Aritmética política*, ele retorna ao assunto:

“Os panos têm que ser mais baratos quando um carda, outro fia, outro tece, outro estende, outro prepara, outro passa a ferro e embrulha, do que quando todas as operações mencionadas são realizadas desajeitadamente pela mesma mão.” (Petty, 1983b: 121).

Considerações semelhantes podem ser encontradas em obras deste período, como os textos de Mandeville (1924: II,141-2), Ferguson (1995: 172-9) e Turgot (1978: 123-4).¹⁴

Nem mesmo a famosa descrição do funcionamento de uma manufatura de alfinetes, que ilustra o princípio da divisão do trabalho no primeiro capítulo da *Riqueza das nações*, tem qualquer traço de originalidade. Ao contrário do que uma leitura desatenta poderia sugerir, não se trata de um relato cuidadoso de observações empíricas feitas por Smith, já que ele mesmo afirma estar apenas retomando “um exemplo, tirado de uma manufatura muito pequena, mas na qual a divisão do trabalho *tem sido muitas vezes notada*.” (WN I.i.3; grifo nosso).¹⁵

Enfim, se não é nos conceitos de riqueza e divisão de trabalho que podemos encontrar aquilo que é original na *Riqueza das nações*, onde estaria a novidade capaz de tornar essa obra um divisor de águas na história do pensamento econômico? A resposta de Marx e Schumpeter é que ela reside no peso dado à divisão do trabalho. A de Rubin – que nos parece mais precisa – é que a diferença consiste no *lugar* ocupado pelo princípio da divisão do trabalho:

“mas que feliz intuição aquela que o levou a colocar a descrição da divisão do trabalho bem no início do livro. Por conta disso, a sociedade mercantil emerge imediatamente como uma sociedade baseada, de um lado, na divisão do trabalho, e de outro, na troca entre unidades econômicas individuais – em outras palavras, como uma sociedade baseada no trabalho e na troca (uma ‘sociedade comercial’, para empregar o termo usado por Smith).” (Rubin, 1979: 178).

¹³ Essa opinião, formulada inicialmente por Marx (1983: 275), foi adotada em seguida por autores de diferentes extrações teóricas, entre os quais Rubin (1979: 177-8), Cannan (1940) e Schumpeter (1994: 187).

¹⁴ Cf. Rashid (1986), Campbell e Skinner (1979: 13-14) e a nota de F.B. Kay ao texto de Mandeville (1924: II, 142).

¹⁵ Segundo Murphy (1993: 156-7), o exemplo foi empregado pela primeira vez em um tratado escrito por um nobre alemão, Ernst Ludwig Carl, e publicado em 1722 com o título de *Traité de la richesse des princes et de leurs Etats, et des moyens simples et naturels pour y parvenir*. Não se sabe ao certo se Smith teve acesso a esse tratado, mas a descrição das dezoito operações em que se subdividia a produção dos alfinetes parece ter sido tomada da *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert, que, por sua vez, apoiaram-se em um verbete de uma obra congênere e pioneira, a *Cyclopedia* de Ephraim Chambers, publicada em 1728.

Trabalho e troca formam então um par inseparável, pois é a propensão inata dos homens à troca e à barganha que dá origem à divisão do trabalho. Esta última torna-se o fio condutor da exposição, pois é a principal causa da “opulência universal”. Troca e trabalho são apresentados, então, como os princípios básicos a partir dos quais a imensa variedade de fenômenos econômicos pode ser explicada (Coutinho, 1993: 110-1).

Como Duglass Stewart - o primeiro biógrafo de Smith - já notara há mais de duzentos anos, o problema de estabelecer a natureza da originalidade e o mérito de Adam Smith como fundador da economia política pode ser resumido da seguinte maneira: “o mérito de um trabalho como o do Sr. Smith deve ser avaliado não tanto pela novidade dos princípios que contém, mas pelos raciocínios empregados para sustentar estes princípios e pela maneira científica pela qual eles são expostos em sua ordem e conexão apropriadas.” (Stewart, 1982: 322-3). *Ordem e conexão*, vale lembrar aqui, são idéias que nos remetem mais uma vez à sua intenção fundamental: fazer para os fenômenos sociais aquilo que Newton fizera para a natureza.

O PARADOXO DA RIQUEZA E A DIVISÃO DO TRABALHO

Em um depoimento sobre as lições proferidas por Smith, John Millar, um de seus discípulos e amigos mais íntimos, nos ofereceu uma pista sobre a maneira como seu mestre concebia o conhecimento e a exposição de um sistema filosófico. Ele afirmou que “cada exposição [feita por Smith] consistia comumente de várias proposições distintas, que ele procurava sucessivamente provar e ilustrar. Essas proposições, quando anunciadas em termos gerais, tinham, por seu alcance, freqüentemente o aspecto de um paradoxo.” (Cf. Stewart, 1982: 273).

No seu ensaio sobre a *História da astronomia*,¹⁶ Smith afirma que a busca do conhecimento é resultado do desconforto que os homens sentem ao se depararem com fenômenos (*appearances*) que destoam da ordem ou do padrão natural que eles se acostumaram a observar entre os diferentes objetos. A reação inicial diante destes fenômenos paradoxais ou destas situações inesperadas é de surpresa (*surprise*), seguida por um espanto ou assombro (*wonder*),¹⁷ que deixam o observador em um estado de desconforto, incerteza e confusão. E é esta inquietação e o desprazer que a acompanha que provocam no indivíduo o impulso de procurar uma explicação para o fenômeno, algo que permita recolocar o objeto inesperado em conexão com os demais, que permita recuperar a coerência entre eles: “algo que possa preencher o espaço em branco, que, como uma ponte, possa ao menos unir aqueles objetos aparentemente distantes...” (*Astronomy*, II.8). Smith acrescenta ainda que a explicação é melhor aceita

¹⁶ Publicado cinco anos depois da morte de Smith e escrito provavelmente antes de 1758, este ensaio expõe os princípios que, em sua opinião, deveriam “orientar e dirigir as investigações filosóficas”. Sobre as circunstâncias em torno deste texto, ver Skinner (1996: 25-47).

¹⁷ Segundo Smith (*Astronomy*, II.9), esse assombro é o sentimento “que surge a partir de uma sucessão inusitada de coisas. A interrupção que é dada assim ao curso da imaginação, a dificuldade que ela encontra em percorrer tais objetos desconexos e a impressão de algo como um espaço em branco ou um intervalo entre eles constituem a essência completa desta emoção.”

quando o fenômeno que nos surpreende é deduzido de um princípio (de preferência familiar ou bem conhecido) que o une aos demais objetos, tranquilizando desse modo a nossa imaginação.

Ora, a divisão do trabalho ocupa, na *Riqueza das nações*, exatamente a posição de princípio (e princípio “bem conhecido”) capaz de conectar e explicar fenômenos aparentemente desconexos e incompreensíveis (cf. Muller, 1995: 65ss.). Já no primeiro capítulo, Smith discute um paradoxo que, desde sua formulação inicial por Locke, tornou-se um lugar comum nos textos de autores do século XVIII. O problema aparece no *Segundo tratado*, no interior de um argumento construído para mostrar que a maior parte dos produtos que atendem às necessidades humanas deriva do trabalho e não da natureza. Para demonstrar esse ponto, Locke (1993: 297) chama a atenção para as tribos da América que dispõem de solos férteis e “contudo, por não serem melhorados pelo trabalho, não têm um centésimo das conveniências de que desfrutamos: E o rei de um território grande e fértil de lá alimenta-se, veste-se e mora pior que um trabalhador diarista na *Inglaterra*.”

Smith reelabora o paradoxo, sem alterar sua essência. Trata-se, mais uma vez, de chamar atenção para o fato de que a condição material de um trabalhador inglês é melhor que a de um potentado de uma sociedade primitiva:

“Em comparação com o luxo extravagante dos grandes, as acomodações de um operário certamente parecem ser extremamente simples e acessíveis e, no entanto, talvez seja verdade que as acomodações de um príncipe europeu nem sempre sobrepujem a de um camponês trabalhador e frugal tanto quanto as acomodações deste último sobrepujam as de muitos reis da África, senhores absolutos das vidas e das liberdades de dez mil selvagens nus.” (*WN* I.i.11; trad. modificada).

A maneira que Smith encontra para explicar este paradoxo consiste em afirmar que mesmo o trabalhador mais simples em um país civilizado dispõe de um grande número de outras pessoas trabalhando para atender suas necessidades. Assim, ele pode desfrutar da “grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios, em consequência da divisão do trabalho, que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela opulência universal que se estende até às camadas mais baixas do povo.” (*WN* I.i.10; trad. modificada).

Através da troca, mesmo aqueles que pertencem à classe mais baixa de uma sociedade comercial podem dispor da cooperação e do trabalho de muitas outras pessoas para prover suas necessidades, beneficiando-se dos ganhos de produtividade que a divisão do trabalho confere a cada produtor. Ao mesmo tempo, fica evidente que o *bem-estar material* não tem relação direta com o *poder* que o indivíduo dispõe.

A demonstração desta proposição começa pela conhecida descrição da manufatura de alfinetes, com sua extensa divisão de tarefas entre dez trabalhadores, de tal modo que “um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas etc...” (*WN* I.i.3). O resultado é um enorme crescimento das forças produtivas do trabalho: juntos os dez operários produzem quarenta e oito mil alfinetes por dia, ao passo que isoladamente eles mal conseguiriam produzir vinte alfinetes no

mesmo intervalo. Em seguida, Smith enumera as três circunstâncias associadas à divisão do trabalho que permitem alcançar esse salto de produtividade: *i)* o aprimoramento da destreza do trabalhador, pela repetição de operações simples; *ii)* a eliminação das perdas de tempo na passagem de uma tarefa à outra; e *iii)* a invenção de instrumentos destinados a poupar trabalho, que se torna mais fácil em função da divisão do processo produtivo em operações simples (*WN* I.i.5-8).

Da divisão de tarefas *no interior de uma manufatura*, Smith passa a outros exemplos que, desta vez, apresentam a divisão do *trabalho entre produtores de diferentes ramos de produção*, mostrando como até mesmo a roupa rude e simples de um trabalhador envolve em sua produção a cooperação de um sem número de produtores: o pastor de ovelhas, o selecionador da lã, o cardador, o fiandeiro, o tecelão, os transportadores e comerciantes etc. (*WN* I.i.4).

É importante salientar que, nesta passagem, Smith ignora por completo as diferenças entre os dois tipos de divisão do trabalho mencionados: a divisão *técnica* do trabalho, que se dá no interior de uma manufatura sob a coordenação e o planejamento do capitalista, e a divisão *social* do trabalho, que se realiza entre diferentes unidades de produção independentes e ligadas entre si pela troca espontânea e não planejada de seus produtos no mercado (Rubin, 1979: 179). A atenção de Smith concentra-se exclusivamente no efeito material destas duas formas da divisão do trabalho, que consiste no acréscimo de produtividade.

Dessa maneira, ele pode apresentar a sociedade como uma imensa manufatura onde o trabalho se divide entre várias unidades separadas, mas complementares, de tal modo que a interconexão entre os produtores se coloca em primeiro plano:

“se examinarmos todas essas coisas e considerarmos a grande variedade de trabalhos empregados em cada uma dessas utilidades, perceberemos que sem a ajuda e cooperação de muitos milhares não seria possível prover às necessidades, nem mesmo de uma pessoa da classe mais baixa de um país civilizado, por mais que imaginemos – erroneamente – ser muito pouco ou simples aquilo que tais pessoas necessitam.” (*WN* I.i.11; trad. modificada).

Ainda que cada produtor esteja apenas perseguindo seu interesse individual, ele acaba, dessa maneira, atendendo ao interesse dos demais. Prevalece, portanto, a percepção de uma ordem harmoniosa entre os homens, que deixa em segundo plano os possíveis antagonismos entre os interesses individuais ou os efeitos desastrosos da concorrência sobre os produtores: falências, desemprego etc.. (Rubin, 1929: 180).

Se as vantagens da sociedade comercial derivam da divisão do trabalho, esta, por sua vez, não depende de “uma sabedoria humana qualquer, que preveria e visaria esta riqueza geral à qual dá origem.” Ao contrário ela é o resultado de uma propensão específica à natureza humana que não visa aquele fim, a tendência de satisfazer nossos interesses pessoais através da troca: “a propensão a barganhar, permutar ou trocar uma coisa pela outra.” (*WN* I.ii.1; trad. modificada).¹⁸

¹⁸ Cf. Polanyi (1980: 59) a propósito do equívoco histórico da afirmação de uma propensão inata à troca: “Em retrospecto, pode-se dizer que nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro.”

É sobre essa propensão à troca que repousa a garantia do progresso na sociedade. A possibilidade de trocar os produtos de seu trabalho permite que cada homem dedique-se a uma única atividade e cultive seus talentos e inclinação para aquele tipo de negócio. Dessa maneira, todos se beneficiam, pois podem “comprar qualquer parcela da produção dos talentos dos outros, de acordo com suas necessidades” ao invés de terem que contar apenas com suas habilidades pessoais (*WN* I.ii.5).

Em resumo, o funcionamento da economia deve prescindir da benevolência (mas não se opõe a ela), até mesmo porque em uma sociedade onde cada homem depende de inúmeras outras pessoas para obter os produtos de que necessita seria impraticável conquistar a amizade de todas elas em tempo hábil. Além disso, um homem que dependa apenas da benevolência alheia para sua sobrevivência coloca-se em uma condição *servil*, ao passo que ao se comportar como um comerciante, propondo aos demais algum negócio que apela apenas ao seu interesse individual – “dê-me aquilo que eu quero, e você terá isto aqui, que você quer” –, ele se comporta como um *homem livre* (*WN* I.ii.2).

A propensão à troca assegura também, através da divisão do trabalho, a máxima riqueza para a sociedade, permitindo que sejam evitadas as situações moralmente degradantes associadas à pobreza:

“Entre as nações selvagens, de caçadores e pescadores, cada indivíduo capacitado para o trabalho ocupa-se mais ou menos com um trabalho útil, procurando obter, da melhor maneira que pode, os bens necessários e os confortos materiais para si mesmo ou para os membros de sua família ou tribo que são muito velhos ou muito jovens, ou doentes demais para ir à caça ou à pesca. Todavia, tais nações sofrem de tanta pobreza e miséria que, somente por falta de bens, freqüentemente são reduzidas – ou pelo menos pensam estar reduzidas – à necessidade de às vezes eliminar e às vezes abandonar suas crianças, seus velhos e as pessoas que sofrem de doenças prolongadas, as quais perecem de fome ou são devorados por animais selvagens. Ao contrário, entre as nações civilizadas e prósperas, embora grande parte dos cidadãos não trabalhe, muitos deles, com efeito, consomem a produção correspondente a 10 ou até 100 vezes a que é consumida pela maior parte dos que trabalham – a produção resultante de todo o trabalho da sociedade é tão grande, que todos dispõem, muitas vezes de suprimento abundante...” (*WN* I.4).¹⁹

Assim, Smith assegura que o funcionamento desimpedido da economia - de uma esfera da sociabilidade apoiada apenas na busca do interesse pessoal - é capaz de proporcionar as condições de *liberdade e riqueza* que permitem a uma sociedade alcançar a *felicidade* e elevar a condição *moral* de seus membros, afastando o fantasma da miséria ou da servidão (Muller, 1995: 70-3).

O *primeiro requisito* – moral - para esta demonstração foi estabelecido na *Teoria dos sentimentos morais*, ao diferenciar os efeitos das ações humanas dos sentimentos que as motivam. Não há, para Smith, sentimentos intrinsecamente bons ou maus. As ações guiadas por interesses estritamente pessoais, moderados pelo espectador imparcial para que não violem a regra da justiça, geram, *de modo imprevisto*, o bem comum, a felicidade da humanidade. O que torna um sentimento virtuoso é o acordo

¹⁹ Contra este argumento de Smith, ver Sahlins (1972).

entre os resultados das ações que ele promove e o desígnio estabelecido pela Divindade ao criar o mundo (Evensky, 1987: 452-3).²⁰

A *segunda condição* – ontológica - consistiu em apresentar a sociedade - nos capítulos iniciais da *Riqueza das nações* - como um conjunto de pessoas que *trabalham* e que *trocam*. Pela divisão do trabalho, cada homem participa de um processo produtivo que o mantém em conexão com os demais, pois “são muito poucas as necessidades que o homem consegue atender com o produto de seu próprio trabalho. A maior parte delas deverá ser atendida com o produto do trabalho de outros...” (WN I.v.1). Para tanto, além de trabalharem, os homens precisam trocar: “Assim sendo, todo homem subsiste por meio da troca, tornando-se de certo modo comerciante; e assim é que a própria sociedade se transforma naquilo que é propriamente uma sociedade comercial.” (WN I.iv.1; trad. modificada). Ao trocarem os produtos de seus trabalhos, os homens estão obtendo o trabalho de outros. E como a divisão do trabalho é limitada pelo tamanho do mercado, quanto mais se generalizem as trocas, maior será a opulência proporcionada pelo trabalho.

Desse modo, essa descrição da esfera econômica revela, em primeiro lugar, que o que parece ser uma troca de *produtos* por *dinheiro* consiste numa troca de *produtos do trabalho humano* e, em segundo lugar, que a troca de *produtos do trabalho* de diferentes produtores se reduz, na verdade, a uma troca de *trabalhos* (Rubin, 1979: 182).²¹ É essa ontologia da economia que fundamenta a possibilidade de analisar os fenômenos de um ponto de vista teórico e estritamente econômico. Smith pretendeu mostrar não apenas que a esfera da economia obedecia a princípios distintos daqueles que prevalecem na *esfera política* - e que serão o objeto dos dois primeiros livros da *Riqueza das nações* – como também que a ordem subjacente ao domínio da vida econômica operaria espontaneamente no sentido de gerar o bem da humanidade, permitindo assim que o discurso econômico se “emancipasse” da filosofia moral. Convém, no entanto, frisar que essa “emancipação” deve ser entendida *cum grano salis*: a reflexão sobre a economia só ganha autonomia teórica porque seu objeto (as ações econômicas) é apresentado como algo que está naturalmente orientado para o bem, algo que tem, por si só, um caráter moral.

É só depois de ter desenhado a sociedade como uma sociedade de homens que trabalham e trocam - só depois de haver situado as trocas no interior de uma ontologia da sociedade mercantil – que Smith procurará explicar os determinantes das proporções segundo as quais trocas se realizam (Coutinho, 1993: 111). É precisamente por ver nas trocas um mecanismo de coordenação entre os diferentes ramos de produção que a teoria do valor pode assumir a *centralidade* que ela tem em sua teoria econômica – diga-se de passagem, precisamente o que faltava aos fisiocratas e à maioria dos antecessores de Smith.

²⁰ “A felicidade da humanidade, bem como de todas as outras criaturas racionais, parece ter sido o propósito original projetado pelo Autor da natureza, quando ele as trouxe à existência. (...) E essa opinião (...) é ainda mais confirmada pelo exame dos trabalhos da natureza, que parecem todos projetados para promover a felicidade e proteger contra a miséria. Mas, agindo de acordo com os ditames de nossas faculdades morais, perseguimos necessariamente os meios mais eficazes para promover a felicidade da humanidade e pode-se dizer, portanto, que, em certo sentido, cooperamos com a Divindade e promovemos, tanto quanto está em nosso poder, o plano da Providência.” (TMS III.v.7).

²¹ Rubin (1929) complementa: a primeira proposição afasta Smith dos mercantilistas, com sua fixação na moeda; a segunda, é a que o distingue dos fisiocratas que pensavam a circulação das mercadorias como uma circulação de substâncias criadas pela natureza.

Deste ponto em diante, o que estará em jogo é propriamente a *análise econômica*, um problema que escapa ao escopo deste ensaio. Interessa-nos apenas, antes de concluir, salientar alguns aspectos adicionais da relação entre a filosofia moral e a economia política de Smith.

ÉTICA E ECONOMIA

Até aqui, enfatizamos o fato de que, para Smith, o funcionamento desimpedido da “sociedade comercial” não depende de que cada homem seja benevolente, mas, ao contrário, permite que eles usufruam de um nível de riqueza e bem-estar que torna possível que cada um exercite a benevolência, ao mesmo tempo que elimina o risco das situações moralmente degradantes associadas à pobreza.

Este potencial, no entanto, é colocado em risco pelos efeitos negativos do próprio desenvolvimento das “sociedades comerciais”, que reclamam a atenção e o cuidado do legislador. O governo é chamado não apenas a prover a defesa, justiça e infra-estrutura, que são condições necessárias para o desenvolvimento do mercado, mas também a tomar medidas que se contraponham aos efeitos debilitantes da divisão do trabalho sobre a capacidade moral dos trabalhadores (Muller, 1995: 148-50).²²

O resultado é que, se os riscos de degeneração dos indivíduos associados à divisão do trabalho não superam, no julgamento de Smith, os benefícios que ela proporciona para a sociedade, a idéia de que o livre funcionamento do domínio econômico permitiria à humanidade alcançar a felicidade deve ser relativizada. Afinal, a capacidade do indivíduo de executar juízos morais e, desse modo, aderir às virtudes da prudência e da justiça é uma condição para a própria preservação da sociedade comercial. A preservação desta capacidade passa a depender da *mão visível* do Estado, do apelo à liderança moral do governante. Deste modo, a filosofia moral continua ocupando uma posição central no pensamento econômico de Smith.

Estas e outras considerações apresentadas nos livros IV e V da *Riqueza das nações*, que problematizam as relações entre riqueza e virtude no desenvolvimento da civilização, foram em grande medida ignoradas ou obscurecidas na recepção dessa obra pelos economistas do século XIX. Na

²² É o próprio Smith quem reconhece os riscos envolvidos na divisão do trabalho. Numa passagem do livro V da *Riqueza das nações* ele comenta seus efeitos degradantes sobre as habilidades intelectuais e a faculdade de exercer juízos morais dos trabalhadores especializados: “Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas ocupações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não têm nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana. O entorpecimento de sua mente o torna não somente incapaz de saborear ou ter alguma participação em toda conversação racional, mas também de conceber algum sentimento generoso, nobre ou terno, e, conseqüentemente, de formar algum juízo justo até mesmo acerca de muitas das obrigações normais da vida privada. Ele é totalmente incapaz de formar juízo sobre os grandes e vastos interesses de seu país (...) Esse tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança em alguma ocupação que não aquela para a qual foi criado. Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres - isto é, a grande massa da população - a menos que o Governo tome algumas providências para impedir que tal aconteça.” (WN V.i.f.50).

Inglaterra, as críticas aos efeitos da divisão do trabalho continuaram a ser formuladas, porém por autores que se situavam fora da economia política – quando não opostos a ela –, tais como Coleridge ou Carlyle (Copley, 1995:17-8). Ao contrário, autores como Ricardo, Malthus e Stuart Mill, a partir de uma leitura da *Riqueza das nações* centrada essencialmente nos dois livros iniciais e na exposição do “sistema de liberdade natural”, consolidaram a imagem de Adam Smith como o criador de uma nova ciência, a economia política (Tribe, 1995:24).

A idéia de um “sistema de liberdade natural” consiste, efetivamente, no eixo em torno do qual a exposição do funcionamento do sistema econômico se organiza na *Riqueza das nações*:

“Consequentemente, uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu trabalho como seu capital concorram como os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas.” (*WN* IV.ix.51).

Mas essa representação de um “sistema de liberdade natural” está referida à concepção mais geral de Smith sobre a natureza do processo civilizatório. Ela consiste em afirmar que a liberdade para que cada indivíduo busque seu interesse próprio não se contrapõe ao bem comum ou ao desenvolvimento da civilização. Neste sentido, Smith tenta conciliar o desenvolvimento do comércio com as virtudes cívicas e rompe com a visão predominante em sua época sobre uma oposição incontornável entre o impulso aquisitivo, próprio das economias mercantis, e os valores morais. Uma mão invisível concilia a busca do interesse individual com a manutenção da ordem e coesão social (Tribe, 1995:25-8).

No contexto do século XIX, estas referências mais amplas do sistema de liberdade natural foram gradualmente esquecidas e a lição de Smith foi reduzida a uma mera defesa do livre comércio. Despida de suas intenções originais, a *Riqueza das nações* passou a ser lida apenas como *uma descrição do funcionamento auto-regulado e espontâneo do mercado*, uma *análise* da produção e distribuição das riquezas materiais articuladas exclusivamente em torno de uma teoria do valor (de troca). As relações entre ética, economia e política foram, então, deslocadas para um plano secundário ou esquecidas.

NOTAS CONCLUSIVAS

O trajeto percorrido até aqui procurou explicitar de que modo foi possível fundar na Modernidade um discurso econômico cuja auto-imagem é a de um saber positivo, autônomo em relação à ética. Procurou-se mostrar de que maneira a *Riqueza das nações* se constituiu num ponto de inflexão crucial neste processo. Smith logrou conciliar a busca da vantagem pessoal, característica das “sociedades comerciais”, com o objetivo prático-moral - inscrito no plano da Providência - de alcançar o bem da humanidade. Empregando a metáfora da mão invisível, a *Riqueza das nações* nos revela como uma sociabilidade apoiada na divisão do trabalho e nas trocas e movida pelo princípio da barganha

produz como resultados inesperados a “opulência universal”. Ela demonstraria, portanto, a existência de um domínio especificamente econômico, dotado de coerência interna e, sobretudo, que operaria espontaneamente no sentido de gerar o bem da humanidade.

Essa ontologia do sistema de livre mercado constitui o principal legado de Smith para a constituição do discurso econômico: a imagem de uma esfera da *economia* movida pelo interesse pessoal, que produz resultados superiores aos alcançados por qualquer forma alternativa de organização da produção material. Os nexos complexos entre essa concepção e a filosofia moral que a fundamenta - nexos que eram evidentes na obra de Smith e que o levaram a apontar os problemas decorrentes do próprio funcionamento do mercado e a relativizar suas virtudes - foram, no entanto, gradualmente esquecidos à medida que a economia política se desenvolveu, ao longo do século XIX. Elevada à condição de cânone da nova ciência, a *Riqueza das nações* passou a ser lida como um texto desvinculado ou, até mesmo, contraditório com a filosofia moral à qual estava referida. A centralidade da ética no projeto de Smith tornou-se, no discurso econômico, uma dimensão anulada.

Deste modo, o nome de Adam Smith permaneceu associado não apenas à imagem do fundador da ciência econômica, mas também a um modo específico de conceber essa disciplina, qual seja, como uma afirmação das virtudes do *laissez-faire*. Estudos mais recentes sobre a obra de Smith têm contribuído para perceber o que há de caricatural nessa imagem. Deixando em segundo plano as análises econômicas para enfocarem a dimensão política e ética de seu pensamento, ao mesmo tempo em que se preocupam em localizá-lo em relação aos problemas e motivações intelectuais do século XVIII, tais pesquisas trouxeram à luz um quadro totalmente diverso, mais matizado e complexo, do qual emerge um Smith mais cético ou menos entusiasmado com os benefícios derivados da criação das sociedades comerciais (cf. Brown, 1997 ; Tribe, 1999).

Se a liberdade de perseguir os interesses próprios, que é característica das sociedades comerciais, está vinculada na obra de Smith à uma ordem moral que liga cada indivíduo à sociedade, a consideração destes pressupostos morais deveria nos levar a uma revisão da compreensão tradicional dos objetivos, natureza e limites de sua teoria econômica. Para além do interesse que a compreensão do pensamento de Smith tem em si mesma, não é ocioso apontar a relevância e a atualidade que alguns desdobramentos dessa investigação podem ter. A reconstrução dos argumentos de Smith, de sua linguagem e contexto, pode contribuir para nos proporcionar um novo entendimento das relações entre a ética e economia, esforço que vem sendo reclamado por filósofos e economistas.

Tal como afirma Amartya Sen (1999), a teoria econômica empobreceu consideravelmente sua abordagem ao desconsiderar a variedade das considerações morais que determinam os comportamentos humanos, inclusive os econômicos, e centrar-se exclusivamente nas motivações ditadas pelo interesse pessoal. Em particular, acabou assumindo uma concepção de racionalidade restrita, que iguala o comportamento racional à busca do interesse individual e considera irracionais quaisquer comportamentos guiados por outras motivações. A exemplo de Sen, cremos que existem poucos indícios de que Smith realmente tivesse a visão parcial e limitada sobre as motivações morais dos atos econômicos que se costuma atribuir a ele e que ainda caracteriza a teoria econômica moderna, e que “vale a pena discutir essa questão porque Smith foi figura de máxima importância na origem da economia e *também* porque o tratamento que ele deu ao tema é verdadeiramente esclarecedor e útil.” (Sen, 1999: 37-8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*, trad. de Alfredo Bosi, São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BROWN, Vivienne. 'Mere inventions of the imagination': a survey of recent literature on Adam Smith. *Economics and philosophy*, v. 13(2): 281-312, 1997.
- CAMPBELL, R.H. e SKINNER, A.S.. General introduction. In: SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund, 1981, pp. 1-60.
- CANTILLON, Richard.. *Essai sur la nature du commerce en général*, Paris: INED, 1952.
- COPLEY, Stephen. Introduction: reading the Wealth of Nations. In: COPLEY, Stephen e SUTHERLAND, Kathryn (eds.). *Adam Smith's Wealth of Nations: new interdisciplinary essays*, Manchester: Manchester Univ. Press, 1995, pp. 1-22.
- COUTINHO, Maurício C.. *Lições de economia política clássica*, São Paulo: Hucitec, 1993.
- DUMONT, Louis. *From Mandeville to Marx: the genesis and triumph of economic ideology*, Chicago: Univ. of Chicago Press, 1977.
- EVENSKY, Jerry. The two voices of Adam Smith: moral philosopher and social critic, *History of political economy*, v. 19(3): 447-68, 1987.
- . The evolution of Adam Smith's views on political economy, *History of political economy*, v.21(1): 123-45, 1989.
- . Ethics and the invisible hand, *Journal of economic perspectives*, v.7(2): 197-205, 1993.
- FERGUSON, Adam. *An essay on the history of civil society*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1995.
- HUME, David. *Political essays*, Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1994.
- LOCKE, John. *Two treatises of government*. Ed. Peter Laslett. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1993.
- MANDEVILLE, Bernard. *The fable of the bees, or private vices, publick benefits*, Indianapolis: Liberty Fund, 1988 [reimpressão em fac-símile da edição de F. B. Kaye. Oxford: Clarendon Press, 1924].
- MULLER, Jerry Z.. *Adam Smith in his time and ours: designing the decent society*, Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.
- MUN, Thomas. *La riqueza de Inglaterra por el comercio exterior*, trad. esp., México: Fondo de Cultura Económica, 1954.
- MURPHY, James B.. *The moral economy of labor*, New Haven: Yale Univ. Press, 1993.
- PAULA, João A., CERQUEIRA, Hugo E. G. e ALBUQUERQUE, Eduardo M.. Trabalho e conhecimento: lições de clássicos para a análise do capitalismo contemporâneo. Encontro Nacional de Economia Política, IV, 1999, Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: SEP, 1999 (cd-rom).

- PETTY, William. *Another essay in political arithmetick, concerning the growth of the city of London*, 1683 [apud CAMPBELL e SKINNER (1979:13)].
- , Tratado dos impostos e contribuições. In: -----, *Obras econômicas*, trad. de Luis Henrique L. Santos, São Paulo: Abril Cultural, 1983a, pp. 3-78.
- , Aritmética política. In: -----, *Obras econômicas*, trad. de Paulo de Almeida, São Paulo: Abril Cultural, 1983b, pp. 103-158.
- , Verbum sapienti. In: -----, *Obras econômicas*, trad. de Paulo de Almeida, São Paulo: Abril Cultural, 1983c, pp. 79-102.
- POLANYI, Karl. *A Grande transformação: as origens da nossa época*, trad. de Fanny Wrobel, Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- RAPHAEL, D. D. e MACFIE, A. L.. Introduction. In: SMITH, Adam. *The theory of moral sentiments*. Eds. D. D. Raphael e A. L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund, 1982, pp. 1-52.
- RASHID, Salim. Adam Smith and the division of labour: a historical view. *Scottish journal of political economy*, v. 33, n. 3: 292-297, 1986.
- RUBIN, Isaac I.. *A history of economic thought*, trad. de Donald Filtzer, London: Ink Links, 1979.
- SAHLINS, Marshall. *The Stone Age Economics*, New York: Aldine, 1972.
- SCHUMPETER, Joseph A.. *History of economic analysis*, London: Routledge, 1994.
- SEN, Amartya. *Sobre ética e economia*, trad. de Laura Motta, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SKINNER, Andrew. Early writings: science and the role of imagination. In: -----, *A system of social science*, Oxford: Clarendon Press, 1986, pp. 25-47.
- SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Eds. R. H. Campbell, A. S. Skinner e W. B. Todd. Indianapolis: Liberty Fund, 1981 [reimpressão em fac-símile do volume II de “The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford Univ. Press, 1979]. Trad. de Luiz João Baraúna: *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo (Col. “Os economistas”): Abril Cultural, 1983.
- , *The theory of moral sentiments*. Eds. D. D. Raphael e A. L. Macfie. Indianapolis: Liberty Fund, 1982a [reimpressão em fac-símile do volume I de “The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford Univ. Press, 1979].
- , The principles which lead and direct philosophical enquiries; illustrated by the history of astronomy. In: -----, *Essays on philosophical subjects*. Ed. W. P. D. Wightman. Indianapolis: Liberty Fund, 1982b [reimpressão em fac-símile do volume III de “The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford Univ. Press, 1980].
- , *Lectures on rhetoric and belles lettres*. Ed. J. C. Bryce. Indianapolis: Liberty Fund, 1985 [reimpressão em fac-símile do volume IV de “The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith”, Oxford: Oxford Univ. Press, 1983].

STEWART, Dugald. Account of the life and writings of Adam Smith, LL.D.. In: SMITH, Adam. *Essays on philosophical subjects*. Ed. W. P. D. Wightman. Indianapolis: Liberty Fund, 1982, pp. 269-351.

TRIBE, Keith. *Land, labour and economic discourse*, London: Routledge and Kegan Paul, 1978.

-----Natural liberty and *laissez faire*: how Adam Smith became a free trade ideologue. In: COPLEY, Stephen e SUTHERLAND, Kathryn (eds.). *Adam Smith's Wealth of Nations: new interdisciplinary essays*, Manchester: Manchester Univ. Press, 1995, pp. 23-44.

-----Adam Smith: critical theorist?. *Journal of economic literature*, v. 37(2): 609-632, 1999.

TURGOT. *Reflexões acerca da formação e distribuição das riquezas*, trad. de Edson Bini, São Paulo: Global, 1978.

VER EECKE, Wilfried. Ética na economia: da economia clássica ao neoliberalismo. *Síntese Nova Fase*, Belo Horizonte, v.25, n.82: 329-350, 1998.